





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/02/2015 - Sinttel-ES

MRTEL/GVT e Sinttel se reúnem pela 1º vez



Finalmente a MRTEL e o Sinttel-ES fizeram a primeira reunião para discutir os problemas nas relações trabalhistas com os empregados. Realizada no sábado (07/02) um dia depois que os trabalhadores fizeram uma paralisação, o diretor da empresa, Sr. Hugo Neto recebeu o presidente e o tesoureiro do Sinttel-ES, Nilson Hoffmann e Wilson Leão, respectivamente, e uma Comissão de Trabalhadores: Edmar, Magno e Marcos Paulo. As discussões trataram das reclamações feitas pelos empregados sobre horas extras, pagamento de produtividade, aplicação em demasia de punições, alta rotatividade, emissão de CAT, entre outras. Hoje, dia 10, o Sindicato re reuniu com os empregados para levar o que fora discutido com a empresa, nos seguintes itens:

Horas extras

Os trabalhadores reclamaram que a empresa se recusa a pagar horas extras, o que são obrigados a fazer todos os dias. A empresa informou que está adotando um novo sistema de controle que dará transparência e possibilidade de correção de possíveis falhas. As horas extras efetivamente trabalhadas serão lançadas e pagas ou folgadas. Os trabalhadores receberão um espelho podendo fazer os ajustes caso a caso.

Jornada de Trabalho

Este é um assunto bastante reclamado pelos trabalhadores. Hoje a empresa adota escala 6X1, com jornada diária de 7:20 horas de segunda a sábado. Eventualmente trabalha-se no domingo, mas sem uma escala regular. O Sinttel sugeriu à empresa que fosse adotada a Escala Espanhola, ou seja trabalha-se um sábado sim e outro não, compensando as 4 horas de um sábado em outro, permitindo ao trabalhador mais dias de folga para descanso e lazer. A empresa ficou de estudar e, como é de interesse dos trabalhadores, não vê problemas em adota-la. A empresa informou, também, que não mais fará atividades em dias de domingos, salvo se for em uma situação especial.

Plano de Saúde

A MRTEL informou que disponibiliza um plano de saúde para os trabalhadores, através de um contrato com a SAMP, a um custo de R\$ 25,00 por empregado.

Rotatividade

Outra reclamação dos trabalhadores foi a alta rotatividade, em que são contratados na segunda-feira e na sexta-feira já estão indo embora. A empresa tem ciência do problema, mas justifica que está desempenhando uma atividade nova para ela que é o Contrato com a GVT e que está se adaptando a essa nova realidade.

Produtividade

Os empregados denunciaram ao Sinttel-ES que o pagamento da produção não é transparente, gerando reclamações todos os meses, e ainda só recebem alguma hora extra se atingirem a meta de instalações. O diretor Hugo Neto explicou que a empresa adota um sistema de pontuação no cumprimento das metas: no mínimo 600 pontos para receber a produção. Se o trabalhador não fizer os 600 pontos no mês, mas fizer 28 pontos por dia, que são, por exemplo, quatro instalações diárias, paga-se a produtividade atingida nos dias em que o Instalador fizer pelo menos os 28 pontos. Cada ponto vele R\$1,00 (um real).







Produção: TET Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731



CAT

Outra denúncia foi que a MRTEL/GVT se recusa a abrir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Nesse item a empresa se comprometeu em abrir as CATs imediatamente após os acidentes. Aqueles que se envolveram em algum acidente e ainda não tiveram a sua CAT aberta, devem procurar o RH da empresa para que isso seja providenciado.

Falta de estepe e extintores nos veículos

Segundo os empregados, os veículos da empresa não possuem extintores e o estepe, o que já rendeu multa e pontos na carteira de habilitação dos trabalhadores que dirigem os veículos. A MRTEL/GVT assumiu que alguns estepes da sua frota desapareceram e por isso não fez a reposição. Porém, garantiu que quando há algum problema, o trabalhador liga e o socorro da empresa vai até o local para fazer a troca do pneu. Também informou que mesmo nos carros agregados, quando há problemas, a empresa

fornece outro veículo para que o trabalhador não fique parado. Quanto aos extintores, a empresa disse que está fazendo a substituição pelo modelo ABC, como manda a legislação. Ela garantiu que assume as multas e a pontuação nas CNHs quando acontece de alguém ser multado.

Salário, carros agregados e CCT

Nessa primeira reunião com o Sinttel, a MRTEL/GVT informou que não contrata somente empregados que tenham carros. Ela tem uma frota e fornece o veículo para os trabalhadores. Para aqueles que possuem carros agregados a empresa paga R\$ 800,00 de aluguel. Paga, ainda, R\$ 100,00 de gratificação para dirigir veículos próprios da empresa e também para os que são agregados. O combustível é por conta da MRTEL.

O salário inicial é de R\$ 1.000,00 mais o adicional de periculosidade de 30%. A empresa fornece café da manhã todos os dias, e tem ainda, uma cesta básica de alimentos (em torno de R\$ 150,00) como prêmio para os empregados que não se atrasam ou que não tenham faltas injustificadas.

Em reunião realizada, 10/02, com os trabalhadores, o Sinttel deixou claro que vai acompanhar todos estes pontos que foram discutidos com a empresa, e que os trabalhadores, na medida do possível, deverão manter o sindicato informado, sobre qualquer acontecimento relacionado para que possamos, acionar a empresa e discutir quantas vezes forem necessárias, até que tenhamos uma estabilidade na relação da empresa com os trabalhadores.







Produção: TET Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/02/2015 - Telesíntese

Berzoini admite banda larga pública, mas não quer regulação inibindo investimentos.

Ele explicou que o novo programa de banda larga, o Banda Larga para Todos, que estará pronto ainda neste semestre, terá metas até 2018, e contará com recursos orçamentários e com estímulos aos investimentos privados. "As restrições orçamentárias são priorizadas dentro de governo. Haverá recursos orçamentários", afirmou o ministro.

O ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, afirmou hoje, durante o seminário Políticas de (Tele) comunicações, que o governo pensa em estudar transformar a banda larga como um serviço público, com o cuidado de esta medida não prejudicar o mercado competitivo ou se tornar o inibidor de investimentos.

"Estamos pensando nesta direção, sem prejudicar o mercado competitivo, e sem regulação que produza resultados contrários ao interesse público. Mas precisamos assegurar que o acesso seja tratado como um serviço público e que assegure o direito à comunicação", afirmou o ministro.

Ele explicou que o novo programa de banda larga, o Banda Larga para Todos, que estará pronto ainda neste semestre, terá metas até 2018, e contará com recursos orçamentários e com estímulos aos investimentos privados. " As restrições orçamentárias se prioriza dentro de governo. Haverá recursos orçamentários", afirmou o ministro.

Tecnologia Nacional

O ministro salientou que pretende adotar políticas de estímulo à tecnologia nacional. "O Brasil é um produtor de tecnologia, mas temos que ter ambição para ampliar esta posição, para sermos exportadores líquidos de tecnologia, para assegurarmos receitas, impostos e principalmente conhecimento para o salto tecnológico", afirmou.

ICMS

Berzoini defendeu também a necessidade de revisão do ICMS sobre o setor de telecomunicações. Mas a sua defesa é para uma ampla reforma tributária, de maneira a taxar a propriedade e a renda e reduzir os impostos sobre o trabalho e o consumo.

10/02/2015 - Telesíntese

Net diz que nova regra da Anatel vai impor custos de mais R\$ 3 bi aos operadores de TV paga

Conforme o diretor de estratégia regulatória da operadora, Gilberto Sotto Mayor, estes custos poderão acabar com as vantagens que vieram com a criação do novo Serviço de Acesso Condicionado, (o SeAC).

Conforme o diretor de estratégia regulatória da operadora, Gilberto Sotto Mayor, estes custos poderão acabar com as vantagens que vieram com a criação do novo Serviço de Acesso Condicionado, (o SeAC).







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O diretor de Estratégia Regulatória da NET Serviços, Gilberto Sotto Mayor, afirmou hoje, durante o seminário Politicas de (Tele)comunicações, que a Anatel está elaborando um novo regulamento que poderá impor custos de mais R\$ 3 bilhões aos operadores de TV paga. "A Anatel foi feliz em criar o SEAC, com um modelo simplificado, licença barata e sem meta de cobertura. Mas o rumo se perdeu. A Anatel elabora uma proposta que vai custar mais R\$ 3 bi à indústria de DTH" reclamou o executivo.

Ele reclama da proposta em elaboração pela Anatel de obrigar as operadoras de DTH a mudarem os

seus conversores e colocar uma antena interna para receber todas os canais de TV analógica de todas as emissoras de TV. Hoje, as operadoras de DTH não carregam todos os canais locais das emissoras de TV aberta, priorizando apenas a TV Globo, de maior audiência e há muita reclamação das demais emissoras e dos usuários. E é isto que a Anatel está tentando corrigir.

Para o executivo, o Brasil também está lidando errado com a neutralidade da rede. "Não existe neutralidade se não tem rede", afirmou.

10/02/2015 - CUT

Fantasma da terceirização volta a rondar os trabalhadores

PL 4.330/04 é desarquivado e está pronto para votação no plenário da Câmara

O PL 4.330/04, que expande a terceirização, foi desarquivado nesta terça-feira (10). De autoria do ex-deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), o projeto está pronto para votação no plenário da Câmara dos Deputados.

A votação do projeto em plenário depende do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que precisa incluir a matéria na ordem do dia. Essa decisão é tomada no âmbito do Colégio de Líderes.

O requerimento para desarquivamento pedia o retorno à tramitação do PL 1.621/07, do deputado Vicentinho (PT-SP), anexado ao PL 4.330. Dessa forma, todas as proposições que versam sobre terceirização são resgatadas para iniciar a tramitação de onde pararam no encerramento da legislatura no dia 31 de janeiro de 2015.

Nesta fase do debate sobre o tema, o movimento sindical precisa ficar atento, pois há forte tendência de o projeto ir à frente, tendo em vista a composição da Câmara empossada no dia 1º de fevereiro de 2015.

Trata-se de uma composição mais conservadora, com uma bancada empresarial que manteve sua

força e poder, com 220 representantes na Câmara. Enquanto a bancada sindical, que na legislatura passada tinha 83 representantes na Casa, agora tem 51.

Com esta correlação de forças tão desigual, o movimento sindical terá de atuar muito mais no Congresso e com mais vigor, a fim de ocupar os espaços de negociação para não ser surpreendido com decisões que lhe afetam, sem ser ouvido.

Senado

É importante lembrar ainda que pode voltar à tramitação no Senado projeto identico ao PL 4.330. Trata-se do PLS 87/10. Assim, a atenção deve estar voltada também para o Senado Federal.

O PLS 87 foi arquivado no final da legislatura, mas poderá ser desarquivado mediante requerimento de qualquer senador, com apoio de 27 colegas. De autoria do ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aguardava parecer para discussão e votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Caso retorne ao debate na CCJ ainda será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/02/2015 - Portal Vermelho

Globo, Folha e Estadão: a construção da desconstrução

Cinco dias antes da pesquisa recentemente divulgada pelo instituto Datafolha foram onze manchetes negativas sobre o governo apenas nos jornais impressos O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

O período logo após a realização de eleições nacionais é geralmente de trégua para o governo eleito. No caso da presidenta Dilma a trégua não veio, pelo contrário, menos de uma semana depois da reeleição já se falava em impeachment. Cinco dias antes da pesquisa recentemente divulgada pelo instituto Datafolha foram onze manchetes negativas sobre o governo apenas nos jornais impressos O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

O fogo cerrado não parou por um instante sequer, com toda a máquina da mídia hegemônica 24 horas por dia semeando a ideia de um país próximo do caos e entregue à corrupção. Este bombardeamento contaminou vastas camadas da população e, como se não tivesse nada com isso, o jornal Folha de S. Paulo cinicamente diz em editorial (de 08/02) comentando as pesquisas do seu instituto: "O sentimento de desesperança e desaprovação vem acompanhado de perigoso descrédito do poder público".

As pesquisas e as manchetes

Erros do governo, inclusive na condução política e na comunicação, foram importantes para o atual quadro mas não cabe engano sobre o papel que a mídia desempenha. Alguns analistas dizem, de passagem, que o atual baixo índice de popularidade da presidenta Dilma, verificado pelo Datafolha, só é comparável ao de FHC em 1999. É uma inverdade. Dilma, segundo o Datafolha, tem 23% de bom e ótimo (FHC tinha 13% em pesquisa do mesmo instituto divulgada no dia 19/09/99). Dilma tem 44% de ruim e péssimo (FHC tinha 56%). Além da manchete do jornal Folha de S. Paulo no domingo, dia 8, a atual pesquisa foi destaque no Estadão também no dia 8: "Em meio a crise, avaliação de Dilma despenca, diz pesquisa" (o pessoal do Estadão além de ser contra o governo também é contra a crase – "em

meio à crise" leva crase Estadão!). O jornal O Globo destacou na primeira página nesta segunda-feira (09): "Avaliação de Dilma em queda dificulta aprovação de medidas". E logo abaixo esta chamada do seu principal colunista amestrado, Ricardo Noblat: "Lula, Dilma e PT encenaram farsa eleitoral na campanha do ano passado". Como no entanto era o comportamento da mídia em 1999, quando FHC enfrentava índices ainda piores do que o de Dilma?

As pesquisas e as manchetes II

Como está no início da primeira nota, nos cinco dias que antecederam a pesquisa do Datafolha, levando em conta as edições impressas de O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, foram onze manchetes negativas sobre o governo, nenhuma positiva e quatro neutras. Em setembro de 1999 o Datafolha divulgou o resultado de uma pesquisa onde o então presidente Fernando Henrique Cardoso ostentava índices de popularidade e avaliação de governo piores do que os da atual presidenta (leia nota acima). Outros institutos (Vox Populi e Soma) divulgavam índices de ruim e péssimo na avaliação do governo FHC acima dos 60%. A taxa de desemprego era mais do que o dobro da atual e a inflação de 1999 alcançou 20,10% (em 2014 o índice foi de 7,14%). Levando em conta o mesmo critério, pesquisamos as manchetes dos três jornais nos cinco dias que antecederam a pesquisa Datafolha de 1999. Pois mesmo em meio a uma grave crise política e econômica, o governo FHC conseguiu nada menos do que seis manchetes positivas e apenas cinco negativas e quatro neutras. Detalhe: o jornal Folha de S. Paulo divulgou no dia 19 de setembro de 1999 a pesquisa sobre FHC, nos dias 19, 20 e 21 nem O Globo nem O Estado de S. Paulo a repercutiram na capa.







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

As onze manchetes negativas sobre o governo Dilma nos cinco dias anteriores à pesquisa do Datafolha (de 03 a 07 de fevereiro)

Caminhando sob um sol escaldante em um deserto repleto de Denis Lerrer Rosenfields, Lúcias Guimarães, eis que você se depara com um texto de Vanessa Barbara intitulado Enciclopédia das Ruas.

Governo planeja adiar pagamento de abono salarial (03), Folha / Cunha já estreia com desafios ao Governo (03), Globo / Após derrota na Câmara, governo negocia 2º escalão (03), Estadão / Graça deixa Petrobras, nome de substituto divide o governo (05), Folha / Rebelião de diretores antecipa saída de Graça (05), Globo / PT recebeu até US\$ 200 milhões de propina, afirma delator (06), Folha / PT recebeu US\$ 200 milhões, diz delator; Câmara cria CPI (06), Globo / PT recebeu até US\$ 200 milhões em propina da Petrobras, diz delator (06), Estadão / Dilma põe presidente do BB na Petrobras, e ações caem (07), Folha / Bendine tem carta branca, mas ações despencam (07), Globo / Dilma põe presidente do BB na Petrobras; escolha frustra mercado (07), Estadão.

As seis manchetes positivas quando FHC enfrentava crise em 1999 nos cinco dias anteriores à pesquisa do Datafolha (de 14 a 18 de setembro)

FHC ataca "indecisão" do Congresso (14), Folha / FHC: País não aguenta mais a indecisão do Congresso (14), Globo / FHC insiste nas reformas, mas atenua crítica ao Congresso (15), Globo / Tápias* anuncia prioridade para empresa nacional (15), Estadão / Governo vence e dívida de ruralistas não terá anistia (16), Globo / Brasil decide retaliar Argentina (18), Folha. * Tápias era então presidente do BNDES.

Globo proíbe jornalistas de citarem FHC no contexto da Operação Lava Jato

O jornalista Luis Nassif revelou hoje em seu blog o conteúdo de um email enviado a todos os chefes de núcleo do sistema Globo, assinado por Silvia Faria, diretora da central globo de jornalismo com o seguinte conteúdo:

" Assunto: Tirar trecho que menciona FHC nos VTs sobre Lava a Jato

Atenção para a orientação

Sergio e Mazza: revisem os vts com atenção! Não vamos deixar ir ao ar nenhum com citação ao Fernando Henrique".

Nassif comenta também: "No Jornal Nacional, o realismo foi maior. Não se divulgou a acusação de Barusco, mas deu-se todo destaque à resposta de FHC (http://migre.me/oyiwP) assegurando que, no seu governo, as propinas eram fruto de negociação individual de Barusco com seus fornecedores; e no governo Lula, de acertos políticos."

Rosenfield e o multiculturalismo

O filósofo Denis Lerrer Rosenfield, articulista de vários jornalões, é convicto de que o multiculturalismo é uma forma disfarçada de marxismo, teoria dos comunistas que, como se sabe, estão embaixo da cama de todos os cidadãos de bem, como o eminente filósofo, para perturbar-lhes o sossego. Sendo assim, o que faz o bravo defensor da família cristã e ocidental? Combate o multiculturalismo, é lógico. E dando prosseguimento a sua batalha ele acusa, nesta segunda-feira (09), em coluna publicada no jornal O Estado de S. Paulo, o multiculturalismo de guase tudo de ruim, inclusive o terrorismo e a complacência em relação ao terrorismo. Segundo o filósofo, não se pode admitir que "toda forma de existência cultural diferente do Ocidente ou qualquer comportamento fosse de igual valor aos princípios e valores universais que orientam as sociedades democráticas, tolerantes e pluralistas". "Por que esse silêncio atroz em relação às mulheres, na verdade, meninas mulçumanas que são mutiladas sexualmente em vários países africanos por motivos religiosos?", pergunta o articulista. De passagem ele ainda defende as ações militares de Israel.

Rosenfield e o multiculturalismo II.







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Ou seja, para o filósofo em questão os valores do ocidente são superiores. A coisa fica um pouco complicada para Denis se ele tiver que explicar porque o ocidente das "sociedades democráticas, tolerantes e pluralistas" com "princípios e valores universais" tão justos, apoiou e financiou por exemplo o apartheid (que oprimia homens e mulheres negros); apoiou e financiou as duas últimas ditaduras fascistas quase até seus estertores (Salazar e Franco) apoiou e financiou os "estudantes do Corão", grupo que deu origem aos talibãs (que oprimem principalmente as mulheres) para combaterem o governo secular que havia no Afeganistão; apoiou e financiou as ditaduras militares da América do Sul que em termos de tortura fez coisas de deixar o Estado Islâmico chateado de não ter pensado antes; apoia politicamente o regime despótico da Arábia Saudita, onde as mulheres não tem quase nenhum direito? Isso para dar apenas uns poucos exemplos. Mas Denis, devo confessar, tem um forte argumento que ele usou impiedosamente: "Se tivesse exercido seu 'direito à diferença' Issur Danielovitch não teria sido Kirk Douglas". Creio que a mídia hegemônica age assim: reúne no Instituto Millenium centenas de "filósofos", "antropólogos" e "livres-pensadores" e manda que escrevam. Quem escrever mais besteira passa a ter coluna nos jornais. Só pode ser.

Denis, olha o que diz o Imã

O xeque Adel-Ghani é um imã (autoridade religiosa do islamismo) do Egito e concedeu interessante entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo publicada nesta segunda-feira (09). Entre outras coisas disse o xeque: "Não existe um Estado islâmico. No Islã,

não está previsto nada como o que esse grupo propõe ou como o que acontece no Irã, em que o líder religioso é o líder do Estado. O Islã não é uma igreja. Não temos um líder único, um papa, e não temos um Vaticano. O profeta não propunha um Estado religioso, mas uma sociedade em que os ensinamentos de Deus fossem seguidos por mulçumanos, cristãos ou judeus de acordo com seu entendimento comum e não porque um líder qualquer os impõe". Sobre o grupo Estado Islâmico, o imã acha que deve se usar a força para combatê-los mas ao mesmo tempo também buscar "entender o que tem atraído tantos seguidores para o grupo". Em busca desta resposta Adel-Ghani cita uma frase de Martin Luther King: "a injustiça em um lugar qualquer representa uma ameaça a justiça em todos os lugares".

Denis, olha o que diz o Imã II

Respondendo sobre o que leva ao extremismo, disse o imã: "O problema é que, nos últimos 200 anos, os sauditas têm propagado as crenças de Ibn Taymiyyah e Ibn abd al Wahhab (fundadores do salafismo e do wahabismo), que defendiam uma leitura textual do Alcorão, desconsiderando a premissa de compreender os textos dentro dos contextos em que foram escritos". Veja você Denis Rosenfield, logo os sauditas, tão amigos do ocidente e de suas "sociedades democráticas, tolerantes e pluralistas" com "princípios e valores universais" tão justos!

Para não dizer que não falei de flores

Caminhando sob um sol escaldante em um deserto repleto de Denis Lerrer Rosenfields, Lúcias Guimarães, eis que você se depara com um texto de Vanessa Barbara intitulado Enciclopédia das Ruas.





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/02/2015 - Portal Vermelho

IBGE: Taxa de desemprego em 2014 cai para 6,8%

A taxa de desocupação no 4º trimestre de 2014 foi estimada em 6,5% para o Brasil. Esta estimativa apresentou queda na comparação com o 3º trimestre desse ano (6,8%) e crescimento frente ao 4º trimestre de 2013 (6,2%). No ano, a taxa ficou em 6,8%, abaixo dos 7,1% registrados em 2013 e dos 7,4% em 2012. A população desocupada também mostrou queda na comparação com o trimestre imediatamente anterior, passando de 6,7 milhões para 6,5 milhões de pessoas.

O nível da ocupação (indicador que mede a parcela da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar) foi estimado em 56,9% no 4° trimestre de 2014 no Brasil, permanecendo estável frente ao trimestre anterior (56,8%) e em relação ao 4° trimestre do ano passado (57,3%).

Também no 4º trimestre de 2014, 77,7% dos empregados do setor privado tinham carteira de trabalho assinada, contingente que aumentou 1,3% em relação ao 4º trimestre do ano anterior.

Desemprego entre mulheres é maior

As análises apontaram diferenças significativas na taxa de desocupação entre homens e mulheres, comportamento verificado nas cinco grandes regiões. No 4º trimestre de 2014, a taxa foi estimada em 5,6% para os homens e 7,7% para as mulheres.

Regiões

Regionalmente, houve expansão da taxa de desocupação nas regiões Nordeste (de 7,9% para 8,3%), Sudeste (de 6,2% para 6,6%) e Centro–Oeste (de 4,9% para 5,3%) na comparação com o 4º trimestre de 2013, enquanto nas regiões Norte e Sul, o cenário foi de estabilidade desse indicador.

Jovens e estudantes

A taxa de desocupação dos jovens de 18 a 24 anos de idade (14,1%) continuou acima do estimado para a taxa média total. Este comportamento também foi verificado nas cinco grandes regiões,

onde a taxa oscilou entre 8,4% no Sul e 17,4% no Nordeste. Já nos grupos de 25 a 39 e de 40 a 59 anos de idade, este indicador foi de 6,3% e 3,3%, respectivamente.

A taxa de desocupação para o contingente de pessoas com ensino médio incompleto (11,6%) era superior à verificada para os demais de níveis de instrução. Para o grupo de pessoas com nível superior incompleto, a taxa foi estimada em 6,8%, o dobro da verificada para aqueles com nível superior completo (3,4%).

Cresce o percentual de trabalhadores com carteira assinada

No 4º trimestre de 2014, 77,7% dos empregados do setor privado tinham carteira de trabalho assinada, um avanço de 0,6 ponto percentual em relação a igual trimestre de 2013. Entre os trabalhadores domésticos, a pesquisa mostrou que 32,1% tinham carteira de trabalho assinada no 4º trimestre de 2014, acima dos 31,1% registrados no mesmo trimestre do ano passado. Os militares e servidores estatutários correspondiam a 68,2% dos empregados do setor público.

As regiões Norte (64,8%) e Nordeste (63,4%) apresentaram os menores percentuais nesse indicador. No mesmo período, com exceção da região Sudeste, que registrou estabilidade, a proporção dos empregados do setor privado com carteira assinada aumentou em todas as regiões. No 4° trimestre de 2014, entre os trabalhadores domésticos, a pesquisa mostrou que 32,1% deles tinham carteira de trabalho assinada, o que representou um avanço frente à proporção do 4° trimestre de 2013 (31,1%).

Os dados fazem parte da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) e foram divulgados pelo IBGE nesta terça-feira (10). Ela leva em conta dados de 211.344 domicílios particulares permanentes distribuídos em cerca de 3.500 municípios.